

A Constituição vem para casa

A proclamação da Constituição em lei e o término do domínio inglês sobre matérias constitucionais canadenses foi assinada pela Rainha Elizabeth, numa histórica cerimônia no Parliament Hill em Ottawa, dia 17 de abril passado.

“Depois de 50 anos de discussão, finalmente obtivemos o direito de termos o que é nosso. É com nossos corações em festa e com gratidão pela atitude mostrada pela Grã-Bretanha que estamos nos preparando para adquirir, hoje, nossa completa soberania”, falou o Primeiro-Ministro Pierre Trudeau na cerimônia de assinatura da Constituição.

Votos de congratulações

DEPOIS de ser assinada a proclamação, várias mensagens de parabenização foram recebidas dos chefes de Estado de diversos países. Numa mensagem para a Rainha, o Presidente norte-americano, Ronald Reagan, disse:

— “Uma ocasião como esta nos lembra de nossas tradições, valores e laços de amizade que nos unem e nos têm feito aliados em perseguir causas comuns. É com grande felicidade e satisfação que todos os americanos se juntam a mim... para assegurar aos canadenses nossa mais profunda e duradoura amizade”.

Aproximadamente 32.000 pessoas assistiram às cerimônias no Parliament Hill, que foi palco de 4 dias de comemorações com a chegada da Rainha Elizabeth em 15 de abril. O Governador-Geral, Edward Schreyer, e o Primeiro-Ministro, Pierre Trudeau, receberam a Rainha quando de sua chegada. Outros dignitários, incluindo os membros do Parlamento e Ministros, os Premiers das províncias, o líder do Partido Conservador, Joe Clark, e o do Partido Nova Democracia, Ed Broadbent, também estiveram presentes à recepção. A Rainha e o Príncipe Phillip chegaram ao Parlamento para a cerimônia da proclamação em carro aberto, sob um sol brilhante. A proclamação foi assinada pelo Primeiro-Ministro Trudeau, o Ministro da Justiça Jean Chretien e pelo Ministro dos Negócios André Ouellet.

A Rainha encontra canadenses

Outros eventos programados para a Rainha incluíram a inspeção da Guarda de Honra e encontros com os Premiers das províncias. No dia anterior, ela atendeu a inúmeros compromissos, incluindo um concerto no National Arts Centre e um jantar no Holliday Inn. Para este jantar foram convidadas 282 pessoas, muitas delas jovens escolhidos pelos membros do Parlamento.

A Rainha atendeu a todas as programações durante sua estada de 4 dias em Ottawa demonstrando sempre o maior respeito por cada pessoa que encontrou. Sorria sempre e manteve a mesma desenvoltura, não demonstrando o menor cansaço em todo o programa.



O Primeiro-Ministro Pierre Trudeau em recente visita ao Brasil

A base da Constituição

A Constituição canadense consiste de várias leis, bem como de convenções políticas e práticas judiciais, mas o documento principal é a lei britânica chamada *The British North-America Act* (Constituição Britânica do Norte ou BNA) de 1867, que define a separação dos poderes no sistema federal. No tempo da assinatura do BNA, os fundadores do Canadá tomaram a atitude de garantir que se futuras mudanças fossem necessárias para as leis, os canadenses poderiam, simplesmente, pedir ao Parlamento britânico que as outorgassem. Isto aconteceu 23 vezes em 115 anos, sendo a última a que permitiu a passagem da Constituição para o poder do Canadá.

O Ato da Constituição de 1982 pôe fim a uma prática pela qual o Canadá, uma nação soberana, ainda tinha que pedir a um parlamento estrangeiro, no caso o britânico, que outorgasse as mudanças em sua própria Constituição. Desde os anos 20 e 30, quando o Canadá ganhou sua total independência, que os canadenses vêm tentando um acordo entre si para proceder emendas no BNA. Negociações entre o governo federal e as províncias em 1927, 31, 35, 49, 60, 64, 71, 78, 79 e 80 terminaram em desacordo. Um acordo entre o governo federal e nove províncias em novembro de 1981 trouxe um fim para os 55 anos de impasse, coroado pelo Ato de 17 de abril.

Fora sua importância histórica, o Ato soma novos dados à presente Constituição: — um capítulo de Direitos e Liberdades que reconhece a supremacia de Deus e as leis, protege os direitos que os canadenses prezam e reconhece novos direitos; — afirmação dos direitos existentes dos povos nativos; — o princípio de igualdade no que se refere à tradição de dividir recursos entre as províncias; — continuação dos direitos de posse dos recursos naturais pelas províncias; e

— uma emenda que assegura que todas as mudanças na Constituição podem ser feitas no Canadá.

Este Ato de Constituição não é uma nova Constituição canadense: o BNA, como também outras leis importantes de matérias constitucionais, ainda permanece e foi incorporado à Constituição de 82.

Renovação da Constituição

A promulgação da Constituição este ano é o término de aproximadamente dois anos de intenso movimento político no Canadá. Em 20 de maio de 1980 a maioria dos quebequianos, num plebiscito, negou ao governo provincial o direito de negociar uma nova relação política com o resto do Canadá. Em resposta ao referendo, o Primeiro-Ministro Pierre Trudeau chamou os Premiers de cada governo provincial — British Columbia, Alberta, Manitoba, Saskatchewan, Nova Scotia, Prince Edward Island e Newfoundland — para uma conferência federal de províncias a fim de reformar a Constituição e renovar o federalismo canadense.

Em setembro do mesmo ano, o Ministro Trudeau e os 10 Premiers chegaram a um acordo em apenas 12 itens da agenda discutida. Os itens discutidos foram a repatriação da Constituição com uma nova regra de emendas, o princípio de igualdade, a reforma do Senado e da Suprema Corte etc...

A razão para o fracasso, como nas tentativas anteriores nos anos 60 e 70, foi o não acordo dos diferentes pontos de vista para a reforma da Constituição. As províncias, ou pelo menos a maioria, achavam essencial se discutir, em primeiro lugar, a distribuição do poder constitucional no sistema federal, enquanto que o governo federal tinha como prioridade a repatriação da Constituição.

Deparado com o impasse, o governo federal decidiu mexer unilateralmente na reforma. Uma resolução foi introduzida no Parlamento em outubro do mesmo ano, requisitando ao Parlamento britânico a repatriação da Constituição com um novo capítulo de Direitos, uma nova fórmula de emendas e uma previsão para pagamentos de igualdades. Embora o principal partido de oposição, o Conservador Progressista, tenha apoiado em princípio a idéia, logo depois se opôs a ela dizendo que o governo canadense só podia fazer importantes mudanças com o apoio da maioria das províncias. O outro partido, o Nova Democracia, deu seu apoio à proposta em contrapartida a um acordo que incluía a posse dos recursos naturais pelas províncias.

Comitê especial

O pacote da Constituição repercutiu entre os canadenses. Um comitê do Senado e da Câmara dos Comuns foi formado e suas discussões televisadas, recebendo mais de 1.200 cartas de associações e pessoas. Como resultado das discussões, mais de 70